

MATRIZ DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Processo: SIPE nº 178105/2026.

Contratação: Gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027 (Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027).

Órgão demandante: Município de Itajaí — Secretaria Municipal de Turismo e Eventos (SETUR).

Documento vinculado: Termo de Referência (TR); Modelo de Proposta Técnica.

Data de elaboração: 09 de maio de 2026.

Base normativa: Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 5º; 8º, §5º; 17, §1º; 18, IV; 36, §1º, V; 40, §1º; 59, III e IV, e §2º; 60; 64 e 71.

1. PARÂMETROS GLOBAIS

A presente Matriz de Critérios de Avaliação (MCA) integra e complementa o Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, definindo os critérios, pesos, fórmulas e procedimentos que orientarão o julgamento das Propostas Técnicas no certame destinado à contratação integrada dos eventos do ciclo 2026/2027. A objetividade dos parâmetros aqui estabelecidos constitui condição de validade do julgamento por técnica e preço, na medida em que assegura que avaliadores distintos, diante de uma mesma proposta, alcancem pontuações equivalentes, preservando a isonomia entre licitantes, a motivação dos atos decisórios e a segurança jurídica perante os órgãos de controle externo.

Tabela 01 — Parâmetros gerais de julgamento, pontuação e exequibilidade

Parâmetro	Valor	Fundamento
Peso Nota Técnica (NT)	60%	ETP, Seção 5; art. 36, §1º, V
Peso Nota de Preço (NP)	40%	ETP, Seção 5; art. 36, §1º, V
NT mínima eliminatória	60 pontos	ETP, Seção 5.5; art. 40, §1º
Pontuação total NT	100 pontos	Soma dos critérios A a E

2. VISÃO GERAL — ESTRUTURA DOS CRITÉRIOS E PONTUAÇÃO

A Nota Técnica é estruturada em cinco critérios, cada um avaliando uma dimensão específica da Proposta Técnica, totalizando 100 (cem) pontos:

Tabela 02 — Síntese geral da estrutura de critérios e pontuação máxima

Crítér io	Descrição	Pontuação máxima
A	Projeto Artístico-Cultural	25 pontos
B	Plano Operacional, Segurança, Acessibilidade, Sustentabilidade e Riscos	25 pontos
C	Plano de Comunicação e Promoção Turística	15 pontos
D	Plano de Treinamento e Capacitação das Equipes	15 pontos
E	Experiência e Capacidade Técnica Comprovada	20 pontos
TOTAL		100 pontos

3. VEDAÇÃO AO DUPLO CÔMPUTO

É vedada a atribuição de pontuação múltipla fundada no mesmo aspecto material de experiência, capacidade técnica, metodologia, qualificação profissional ou entrega demonstrada, ainda que o documento apresentado contenha elementos aptos a atender simultaneamente mais de um critério ou subcritério desta Matriz. A vedação decorre dos princípios da isonomia, da motivação, da vinculação ao instrumento convocatório e da objetividade do julgamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Na hipótese de sobreposição parcial ou integral entre documentos, experiências ou elementos de comprovação invocados em múltiplos subcritérios, a Comissão de Contratação atribuirá pontuação apenas ao aspecto de maior pertinência e especificidade em relação ao subcritério correspondente, desconsiderando-se a pontuação cumulativa baseada no mesmo fundamento material. O procedimento detalhado de identificação, análise e resolução de conflitos de duplo cômputo consta do Anexo desta Matriz.

4. CRITÉRIO A — PROJETO ARTÍSTICO-CULTURAL

O Critério A avalia a qualidade, a consistência e a aderência cultural do projeto artístico proposto para cada um dos quatro eventos do ciclo, considerando a diversidade de linguagens, a adequação ao perfil dos públicos estimados e a coerência com as diretrizes culturais e turísticas da SETUR. A avaliação considera o conjunto dos quatro eventos,

penalizando propostas que apresentem assimetria qualitativa significativa entre as edições ou concentração excessiva de soluções artísticas em apenas um dos eventos.

A avaliação do Critério A recai sobre a proposta artístico-cultural apresentada pela licitante para fins de produção e execução, dentro das diretrizes culturais e turísticas fixadas pela SETUR, e não transfere à Contratada a definição das linhas conceituais dos eventos, a escolha das atrações culturais principais ou a governança do calendário oficial, que permanecem como competência exclusiva, indelegável e finalística da Secretaria. A referência à curadoria, em especial no subcritério A.3, designa a fundamentação técnica da proposta apresentada, não implicando delegação da função finalística de definição da política cultural e turística do Município.

Tabela 03 — Síntese do Critério A

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
A.1	Detalhamento da programação artística e confirmação documental das atrações	10 pontos	Verificação objetiva
A.2	Diversidade de linguagens artísticas e valorização da cultura local	8 pontos	Avaliação interpretativa
A.3	Coerência entre curadoria artística e perfil histórico de público	7 pontos	Avaliação interpretativa
TOTAL CRITÉRIO A		25 pontos	—

4.1. A.1 — Detalhamento da programação artística e confirmação documental das atrações (até 10 pontos)

O subcritério A.1 avalia o nível de detalhamento da programação artística proposta para cada um dos quatro eventos e o grau de comprovação documental das atrações indicadas, considerando confirmações contratuais, pré-contratos ou cartas de intenção que evidenciem negociação avançada.

Tabela 04 — Pontuação de A.1*Atribuição por enquadramento único, limitada a 10 pontos.*

Situação comprovada	Pontuação
Programação detalhada para os 4 eventos com atrações confirmadas por documentos para no mínimo 60% do cachet estimado total.	10 pontos
Programação detalhada para os 4 eventos com atrações confirmadas para entre 40% e 59% do cachet estimado total.	7 pontos
Programação detalhada para os 4 eventos com atrações confirmadas para entre 20% e 39% do cachet estimado total.	4 pontos
Programação detalhada para os 4 eventos sem confirmações documentadas.	1 ponto
Programação incompleta — menos de 4 eventos com projeto artístico detalhado.	0 pontos

A pontuação será comprovada mediante apresentação de programação artística detalhada para os quatro eventos, com indicação de data, palco, atração prevista, porte da atração e documentação comprobatória (contratos, pré-contratos, cartas de intenção ou documentos equivalentes). Atrações indicadas de forma genérica, sem identificação nominal ou sem documentação mínima de confirmação, não receberão pontuação máxima.

4.2. A.2 — Diversidade de linguagens artísticas e valorização da cultura local (até 8 pontos)

O subcritério A.2 avalia a diversidade de linguagens artísticas contempladas na programação de cada evento e o grau de valorização e inclusão de artistas, grupos ou manifestações culturais locais e regionais.

Tabela 05 — Pontuação de A.2*Atribuição por enquadramento único, limitada a 8 pontos.*

Situação comprovada	Pontuação
Proposta com no mínimo 3 linguagens artísticas distintas por evento e presença de artistas ou grupos de expressão cultural local em todos os 4 eventos.	8 pontos
Proposta com no mínimo 2 linguagens artísticas distintas por evento e presença de artistas ou grupos locais em no mínimo 3 eventos.	5 pontos

Situação comprovada	Pontuação
Proposta com ao menos 2 linguagens artísticas em ao menos 2 eventos.	2 pontos
Demais situações.	0 pontos

A pontuação será comprovada mediante apresentação da relação de atrações, grupos, manifestações ou atividades culturais previstas para cada evento, com indicação da linguagem artística correspondente e vinculação à cultura local ou regional. A mera indicação de atrações musicais de estilos distintos não caracteriza, isoladamente, diversidade ampla de linguagens; propostas que concentrem a valorização da cultura local em apenas um evento não receberão pontuação integral.

4.3. A.3 — Coerência entre curadoria artística e perfil histórico de público (até 7 pontos)

O subcritério A.3 avalia a coerência técnica entre o projeto artístico proposto e o perfil histórico de público de cada um dos quatro eventos, considerando a fundamentação da curadoria e a correspondência entre as escolhas artísticas e as características do público esperado.

Tabela 06 — Pontuação de A.3

Atribuição por enquadramento em níveis de maturidade. Avaliação técnica qualitativa fundamentada nos critérios de cada nível.

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Insuficiente	Justificativa genérica sobre tradição ou atratividade, sem indicação de dados de público ou de edições anteriores.	0 a 1 ponto
Regular	Análise do perfil de público apresentada para apenas 1 ou 2 dos quatro eventos, com vinculação limitada entre curadoria e público	2 a 3 pontos
Bom	Análise apresentada para os 4 eventos, com vinculação clara entre as escolhas artísticas e dados de público de, no mínimo, 1 (uma) edição anterior de cada evento.	4 a 5 pontos
Excelente	Análise para os 4 eventos fundamentada em dados quantitativos e qualitativos, com referência a, no mínimo, 2 (duas) edições anteriores de cada evento,	6 a 7 pontos

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
	indicação numérica de público por edição e justificativa da curadoria evento a evento.	

A pontuação será comprovada mediante apresentação de análise técnica do perfil histórico de público dos eventos, acompanhada da justificativa da curadoria proposta e referências a edições anteriores, dados de público e características de consumo cultural.

5. CRITÉRIO B — PLANO OPERACIONAL, SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE, SUSTENTABILIDADE E RISCOS

O Critério B avalia a consistência técnica, a completude e a operacionalidade do conjunto de planos e protocolos que estruturam a execução dos eventos, com ênfase na capacidade da proponente de antecipar riscos, coordenar componentes operacionais interdependentes e garantir a segurança do público, a acessibilidade das estruturas e serviços e a sustentabilidade ambiental da operação.

Para fins de avaliação no Critério B, a Proposta Técnica deverá conter os planos em versão conceitual e metodológica, suficiente para demonstrar a abordagem, a consistência técnica e a capacidade de coordenação da proponente. Os planos executivos detalhados, tais como cronograma analítico, layouts definitivos, ART/RRT e respectivos laudos, não integram a proposta e serão exigidos exclusivamente da licitante vencedora, como condição de eficácia para a emissão da primeira Ordem de Serviço de cada evento, na forma do Modelo de Execução do Objeto do Termo de Referência.

Tabela 07 — Síntese do Critério B

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
B.1	Plano Operacional Integrado	6 pontos	Verificação objetiva
B.2	Plano de Segurança e Contingência	6 pontos	Verificação objetiva
B.3	Plano de Mobilidade e Acessibilidade	4 pontos	Verificação objetiva

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
B.4	Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos	5 pontos	Avaliação interpretativa
B.5	Matriz de Riscos Contratuais e Gatilhos Climáticos	4 pontos	Verificação objetiva
TOTAL CRITÉRIO B		25 pontos	—

5.1. B.1 — Plano Operacional Integrado (até 6 pontos)

O subcritério B.1 avalia a capacidade da Proposta Técnica de estruturar a execução dos eventos de forma integrada, planejada e operacionalmente viável, contemplando as etapas de pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento, com instrumentos objetivos de planejamento, definição de responsabilidades e organização espacial.

Tabela 08 — Pontuação de B.1

Atribuição por soma de elementos comprovados, limitada a 6 pontos.

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Cronograma macro/conceitual e layout esquemático/preliminar por evento, faseado em pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento.	2 pontos	Anexo técnico na proposta
Organograma técnico-operacional com Matriz de Responsabilidades RACI.	2 pontos	Anexo técnico na proposta
Plantas baixas de layout em escala legível para cada evento, com identificação de fluxos e pontos críticos.	2 pontos	Anexo técnico na proposta

Cronogramas sem faseamento por evento, organogramas sem definição clara de responsabilidades e layouts genéricos sem escala legível ou sem identificação de fluxos e pontos críticos não pontuarão nos respectivos elementos.

Para fins da Proposta Técnica exige-se a versão conceitual e metodológica; o cronograma analítico e os layouts definitivos (com ART/RRT) são exigíveis apenas da licitante vencedora, na forma do Modelo de Execução do Objeto do Termo de Referência.

5.2. B.2 — Plano de Segurança e Contingência (até 6 pontos)

O subcritério B.2 avalia a robustez do planejamento de segurança e contingência, considerando a identificação prévia de riscos, a definição de medidas de mitigação, os protocolos de emergência e a articulação operacional com os órgãos públicos competentes.

Tabela 09 — Pontuação de B.2

Atribuição por soma de elementos comprovados, limitada a 6 pontos.

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Análise de riscos por evento com matriz de probabilidade × impacto e medidas de mitigação.	2 pontos	Capítulo específico na proposta
Plano de Emergência e Evacuação detalhado, com saídas, pontos de encontro e protocolo de comunicação.	2 pontos	Capítulo específico na proposta
Brigada de incêndio dimensionada conforme ABNT NBR 14276, com cronograma de plantões e cadeia de comando.	2 pontos	Capítulo específico na proposta

A proposta apresentará capítulo específico de segurança, com análise de riscos por evento, Plano de Emergência e Evacuação, dimensionamento da brigada, cronograma de plantões e protocolo formal de articulação operacional com órgãos públicos competentes. Planos genéricos, padronizados ou desacompanhados de medidas específicas por evento não receberão pontuação integral.

5.3. B.3 — Plano de Mobilidade e Acessibilidade (até 4 pontos)

O subcritério B.3 avalia a capacidade da Proposta Técnica de organizar os fluxos de chegada, circulação, permanência e saída do público, bem como de assegurar condições adequadas de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tabela 10 — Pontuação de B.3

Atribuição por soma de elementos comprovados, limitada a 4 pontos.

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Plano de mobilidade por evento com análise de fluxos e articulação com Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.	2 pontos	Capítulo específico na proposta

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Plano de acessibilidade conforme Lei nº 13.146/2015, com rampas, pisos táteis, sanitários adaptados e áreas reservadas.	2 pontos	Capítulo e plantas na proposta

Propostas que apenas mencionem o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 sem detalhar as soluções de acessibilidade previstas não receberão pontuação integral.

5.4. B.4 — Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos (até 5 pontos)

O subcritério B.4 avalia a qualidade técnica do Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, considerando a existência de metas mensuráveis, estimativa de geração de resíduos, dimensionamento da coleta seletiva, cronograma operacional de limpeza e mecanismos de comprovação pós-evento.

Tabela 11 — Pontuação de B.4

Atribuição por enquadramento em níveis de maturidade. Avaliação técnica qualitativa fundamentada nos critérios de cada nível.

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Insuficiente	Plano genérico, sem metas mensuráveis de desvio de aterro nem dimensionamento de coleta seletiva.	0 a 1 ponto
Regular	Plano com metas genéricas e sem cronograma detalhado de turnos de limpeza.	2 pontos
Bom	Plano específico por evento, com estimativa de geração de resíduos, metas de reciclagem $\geq 30\%$ e pontos de coleta seletiva com cronograma definido.	3 a 4 pontos
Excelente	Plano com metas $\geq 50\%$ de reciclagem, parcerias formalizadas com cooperativas, protocolo de logística reversa e auditoria pós-evento.	5 pontos

Planos meramente declaratórios, sem metas aferíveis, sem dimensionamento mínimo da operação de coleta seletiva ou sem cronograma de limpeza compatível com a duração dos eventos, não receberão pontuação elevada.

5.5. B.5 — Matriz de Riscos Contratuais e Gatilhos Climáticos (até 4 pontos)

O subcritério B.5 avalia a capacidade da proponente de identificar, alocar e tratar riscos contratuais e operacionais relevantes, especialmente aqueles relacionados a condições climáticas adversas, interrupções de programação e impactos sobre a execução dos eventos.

Tabela 12 — Pontuação de B.5

Atribuição por soma de elementos comprovados, limitada a 4 pontos.

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Matriz de Riscos própria aderente à Matriz do Termo de Referência, sem omissões, com alocação clara de responsabilidades.	2 pontos	Capítulo específico na proposta
Gatilhos climáticos objetivos (mm/h chuva, km/h vento, alerta da Defesa Civil) com fórmula transparente de aplicação.	2 pontos	Capítulo específico na proposta

Matrizes meramente declaratórias, genéricas ou sem correspondência com os riscos efetivos da contratação não pontuarão. Também não serão admitidos gatilhos climáticos formulados de maneira subjetiva, sem parâmetros mensuráveis.

6. CRITÉRIO C — PLANO DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO TURÍSTICA

O Critério C avalia a consistência, a abrangência e a capacidade de mensuração do plano de comunicação e promoção turística proposto para o ciclo de eventos, considerando a integração entre canais de divulgação, identidade visual, produção de conteúdo, estratégia de mídia e indicadores de desempenho.

Tabela 13 — Síntese do Critério C

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
C.1	Estratégia Integrada Multicanal de Comunicação	9 pontos	Avaliação interpretativa
C.2	Indicadores de Desempenho (KPIs) e Relatórios	6 pontos	Verificação objetiva
TOTAL CRITÉRIO C		15 pontos	—

6.1. C.1 — Estratégia integrada multicanal de comunicação (até 9 pontos)

O subcritério C.1 avalia a capacidade da Proposta Técnica de estruturar uma estratégia integrada de comunicação para os quatro eventos do ciclo, contemplando diferentes canais de divulgação, identidade visual própria, aderência à marca institucional da SETUR e produção de conteúdo em formatos compatíveis com a promoção turística contemporânea.

Tabela 14 — Pontuação de C.1

Atribuição por enquadramento em níveis. Avaliação técnica qualitativa fundamentada nos critérios de cada nível.

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Insuficiente	Plano genérico, sem segmentação por canal ou sem peças/diretrizes de identidade visual.	0 a 2 pontos
Regular	Plano com menção a 2 ou mais canais, mas sem identidade visual definida ou sem plano de produção de conteúdo.	3 a 5 pontos
Bom	Plano multicanal com no mínimo 3 canais segmentados, identidade visual aderente à marca da SETUR e cronograma editorial com datas definidas	6 a 7 pontos
Excelente	Plano integrado com segmentação de públicos, diretrizes documentadas de aplicação da marca, cronograma editorial detalhado por evento e produção em ao menos 3 formatos (ex.: fotografia, vídeo, transmissão ao vivo), acompanhado de indicadores de mensuração.	8 a 9 pontos

A pontuação será comprovada mediante apresentação de plano de mídia segmentado por evento, peças de identidade visual ou diretrizes de aplicação da marca e cronograma editorial de produção de conteúdo. Propostas que apresentem apenas menções genéricas à divulgação em redes sociais ou imprensa, sem detalhamento de canais, formatos, cronograma e públicos, não receberão pontuação integral.

6.2. C.2 — Indicadores de Desempenho (KPIs) e Relatórios (até 6 pontos)

O subcritério C.2 avalia a existência de indicadores objetivos de desempenho para mensuração dos resultados da estratégia de comunicação, incluindo metas quantitativas, ferramentas de aferição e metodologia de relatório pós-evento.

Tabela 15 — Pontuação de C.2*Atribuição por soma de elementos comprovados, limitada a 6 pontos.*

Elemento exigido	Pontuação máxima	Forma de comprovação
Definição de KPIs quantitativos com metas mensuráveis (alcance, engajamento, taxa de conversão, sentimento).	2 pontos	Plano de mensuração na proposta
Sistema de aferição com ferramentas declaradas (Meta Business, GA4, Sprout Social ou equivalentes).	2 pontos	Plano de mensuração na proposta
Plano de relatório de mídia pós-evento, com prazo definido e formato editorial entregável à SETUR.	2 pontos	Plano de mensuração na proposta

A simples indicação de métricas genéricas, sem metas, metodologia de apuração ou formato de entrega dos relatórios, não receberá pontuação integral.

7. CRITÉRIO D — PLANO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES

O Critério D avalia a consistência, a abrangência e a qualidade metodológica do plano de treinamento e capacitação das equipes envolvidas na execução dos eventos, considerando carga horária, eixos temáticos, metodologia de ensino, certificação dos participantes e mecanismos de avaliação de aprendizagem.

Tabela 16 — Síntese do Critério D

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
D.1	Carga Horária e Abrangência Temática	8 pontos	Verificação objetiva
D.2	Metodologia, Certificação e Avaliação de Aprendizagem	7 pontos	Avaliação interpretativa
TOTAL CRITÉRIO D		15 pontos	—

7.1. D.1 — Carga horária e abrangência temática (até 8 pontos)

O subcritério D.1 avalia a carga horária mínima de capacitação prevista para os trabalhadores envolvidos na execução dos eventos e a abrangência temática, considerando a

inclusão integrada de temas relacionados ao atendimento ao público, identidade turística de Itajaí, acessibilidade, segurança em eventos, sustentabilidade e narrativa institucional da SETUR.

Tabela 17 — Pontuação de D.1

Situação comprovada	Pontuação
Programa com carga horária mínima de 20 horas e abrangência de 6 ou mais temas.	8 pontos
Programa com carga horária entre 15 e 19 horas e abrangência de 5 temas.	6 pontos
Programa com carga horária entre 10 e 14 horas e abrangência de 4 temas.	4 pontos
Programa com carga horária inferior a 10 horas ou abrangência temática inferior a 4 temas.	0 a 2 pontos

A pontuação será comprovada mediante apresentação de programa de capacitação em capítulo específico da Proposta Técnica, contendo descrição dos módulos, carga horária total, cronograma e eixos temáticos abordados. Programas genéricos, sem carga horária definida ou sem temas claramente indicados, não receberão pontuação elevada.

7.2. D.2 — Metodologia, certificação e avaliação de aprendizagem (até 7 pontos)

O subcritério D.2 avalia a qualidade técnica e metodológica do programa de capacitação proposto, considerando a pedagogia aplicada, mecanismos de certificação, estratégias de avaliação de aprendizagem e previsão de ações corretivas.

Tabela 18 — Pontuação de D.2

Atribuição por enquadramento em níveis de maturidade. Avaliação técnica qualitativa fundamentada nos critérios de cada nível.

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Insuficiente	Programa sem metodologia, sem avaliação ou sem certificação.	0 a 1 ponto
Regular	Metodologia indicada, sem instrumento de avaliação de aprendizagem.	2 a 3 pontos

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Bom	Metodologia definida, instrumento de avaliação de aprendizagem e certificação prevista	4 a 5 pontos
Excelente	Pedagogia fundamentada, avaliação formativa e somativa com instrumento descrito, certificação condicionada a aproveitamento mínimo previamente fixado e plano de ações corretivas.	6 a 7 pontos

Propostas que apenas mencionem "capacitação", sem detalhar metodologia, avaliações e certificação, não receberão pontuação elevada.

8. CRITÉRIO E — EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA

O Critério E avalia a experiência prévia e a capacidade técnica demonstrada pela licitante e pela equipe-chave indicada para a execução do objeto, considerando a realização anterior de eventos de grande porte e a qualificação específica dos profissionais responsáveis pelas principais frentes.

Tabela 19 — Síntese do Critério E

Subcrit.	Objeto avaliado	Pontuação máxima	Tipo de avaliação
E.1	Experiência em Gestão Integrada de Eventos de Grande Porte	10 pontos	Verificação objetiva
E.2	Qualificação da Equipe-Chave Proposta	10 pontos	Avaliação interpretativa
TOTAL CRITÉRIO E		20 pontos	—

8.1. E.1 — Experiência em gestão integrada de eventos de grande porte (até 10 pontos)

O subcritério E.1 avalia a experiência prévia da licitante em realizar eventos de grande porte, com ênfase em propostas que demonstrem execução de ciclos integrados de eventos, gestão de público numeroso e coordenação de equipes multidisciplinares, com comprovação documental. A pontuação atribuída neste subcritério é cumulativa com os requisitos mínimos

de habilitação técnica previstos no Termo de Referência, valorizando a experiência adicional àquela exigida na fase habilitatória.

Tabela 20 — Pontuação de E.1

Situação comprovada	Pontuação
Experiência em ciclo integrado de eventos (2 ou mais eventos em 12 meses) com público superior a 50.000 pessoas por edição, em contratante público.	10 pontos
Experiência em eventos de grande porte (público superior a 30.000 pessoas) em pelo menos 3 eventos públicos ou privados.	7 pontos
Experiência em eventos com público superior a 15.000 pessoas em pelo menos 2 eventos.	4 pontos
Experiência em eventos com público inferior a 15.000 pessoas ou em apenas 1 evento.	0 a 2 pontos

Nota explicativa: para fins de pontuação do subcritério E.1, considera-se 'ciclo integrado de eventos' a execução de 2 (dois) ou mais eventos para o mesmo contratante público no intervalo máximo de 12 (doze) meses, sob gestão coordenada e responsabilidade técnica integrada, comprovada documentalmente por contrato único, contratos correlatos ou termo equivalente que evidencie a unidade de coordenação. A exigência guarda relação direta com a natureza do objeto, que consiste em quatro eventos do calendário oficial sob coordenação unificada.

A pontuação será comprovada mediante apresentação de atestados técnicos fornecidos por órgãos públicos ou pessoas jurídicas que contrataram os eventos mencionados, indicando data, porte (número de público), natureza das atividades e período de execução. Eventos com data de execução superior a 5 anos anteriores ao edital poderão receber pontuação reduzida, conforme avaliação da Comissão sobre a relevância da experiência.

8.2. E.2 — Qualificação da equipe-chave proposta (até 10 pontos)

O subcritério E.2 avalia a qualificação técnica, profissional e acadêmica dos integrantes da equipe-chave indicados para as principais posições de gestão, curadoria, operação, segurança e sustentabilidade dos eventos.

Tabela 21 — Pontuação de E.2

Atribuição por enquadramento em níveis de maturidade. Avaliação técnica qualitativa fundamentada nos critérios de cada nível.

Nível	Descrição objetiva	Faixa de pontuação
Insuficiente	Equipe-chave com menos das 6 posições mínimas do item 9.2 do TR ou sem documentação de qualificação.	0 a 2 pontos
Regular	Todas as posições indicadas, porém sem documentação de qualificação para parte delas.	3 a 5 pontos
Bom	Equipe-chave completa, com qualificação documentada para todas as 6 posições mínimas.	6 a 8 pontos
Excelente	Além do nível Bom, formação específica (pós-graduação/especialização) e/ou certificações comprovadas para a maioria das posições, experiência documentada em eventos de grande porte e dedicação exclusiva comprovada por documento formal.	9 a 10 pontos

A pontuação será comprovada mediante apresentação de currículos, certificados de formação, declarações de vínculo e atestados de experiência dos integrantes da equipe-chave. Propostas sem indicação completa da equipe-chave ou com membros desqualificados para suas posições não receberão pontuação elevada. A dedicação exclusiva deverá ser comprovada por documento formal.

9. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos a seguir disciplinam a atuação da Comissão de Contratação no julgamento das Propostas Técnicas, padronizando a análise, reduzindo margens de subjetividade, garantindo tratamento isonômico e preservando a segurança jurídica do processo decisório.

9.1. Composição e designação da Comissão de Contratação

A avaliação das Propostas Técnicas será realizada por Comissão de Contratação composta por, no mínimo, 3 (três) membros, designados por ato formal do Secretário Municipal de Turismo e Eventos, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021. A composição assegurará conhecimento técnico multidisciplinar compatível com a natureza do objeto, abrangendo, preferencialmente, as áreas de turismo e eventos, comunicação

institucional, planejamento operacional, gestão pública, segurança, acessibilidade, sustentabilidade e análise de riscos.

É vedada a participação na Comissão de servidor ou agente público em situação de conflito de interesses em relação a qualquer licitante, nos termos da Lei nº 12.813/2013 e do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. Declaração de inexistência de conflito de interesses deverá ser apresentada previamente ao início dos trabalhos e renovada antes de cada sessão de julgamento técnico, sempre que houver alteração relevante no rol de licitantes ou fato superveniente capaz de comprometer a imparcialidade. Identificada, a qualquer tempo, situação de impedimento, suspeição ou conflito, o membro deverá comunicar formalmente o fato à autoridade competente e abster-se de participar dos atos de avaliação relacionados à licitante envolvida.

9.2. Classificação dos subcritérios e método de pontuação

Os subcritérios desta MCA classificam-se em duas categorias, conforme a natureza do juízo avaliativo:

9.2.1. Subcritérios de verificação objetiva

Aqueles cuja pontuação é apurada por contagem, conferência documental ou verificação de dados quantitativos, a partir de parâmetros previamente definidos nesta MCA, sem margem relevante de interpretação de conteúdo pela Comissão. A pontuação é atribuída pela Comissão como colegiado, por simples verificação dos documentos apresentados e do atendimento aos requisitos objetivos. Enquadram-se nesta categoria: A.1, B.1, B.2, B.3, B.5, C.2, D.1 e E.1.

9.2.2. Subcritérios de avaliação interpretativa

Aqueles cuja pontuação exige análise do conteúdo, da consistência, da completude, da exequibilidade e da qualidade dos elementos apresentados, demandando juízo técnico da Comissão. A pontuação é atribuída individualmente por cada membro, sendo a nota do subcritério apurada pela média aritmética simples das notas individuais, com arredondamento para duas casas decimais. Enquadram-se nesta categoria: A.2, A.3, B.4, C.1, D.2 e E.2.

Nos subcritérios de verificação objetiva, a Comissão registrará a presença ou ausência dos elementos exigidos e a pontuação atribuída. Nos subcritérios de avaliação interpretativa, cada membro deverá justificar individualmente o enquadramento realizado, com base nos critérios das tabelas correspondentes.

Em todos os subcritérios de avaliação interpretativa, o enquadramento em cada faixa ou nível dependerá da identificação, pela Comissão, de elementos concretos e verificáveis constantes da Proposta Técnica, vedada a atribuição de pontuação com base em impressão geral. A motivação registrará o documento, o trecho ou o elemento específico que sustenta o nível atribuído, na forma da subseção “Fundamentação obrigatória das notas”.

9.2.3. Fundamentação obrigatória das notas

Cada nota atribuída em subcritério de avaliação interpretativa deverá ser fundamentada individualmente por cada membro da Comissão, com registro em ata circunstanciada que identifique, de forma expressa, os elementos da Proposta Técnica que embasaram o julgamento e o enquadramento na tabela correspondente. A fundamentação não poderá ser genérica nem remeter apenas à impressão geral da proposta: deverá identificar o trecho, o documento ou o elemento específico que sustenta cada faixa de pontuação, em conformidade com o dever de motivação previsto no art. 11, VI, da Lei nº 14.133/2021.

Nos subcritérios de verificação objetiva, a motivação poderá consistir no registro da conferência documental realizada, com indicação dos elementos apresentados, dos requisitos atendidos ou não atendidos e da pontuação correspondente. A ata de avaliação integrará obrigatoriamente o processo administrativo da licitação, sendo passível de verificação pelo TCE/SC, sem prejuízo do controle interno.

9.3. Vedações ao julgamento

É expressamente vedado à Comissão de Contratação:

- atribuir pontuação com base em elementos não constantes da Proposta Técnica escrita, incluindo informações obtidas por outros meios, conhecimento prévio da Comissão sobre a empresa ou reputação geral do licitante não documentada na proposta;
- praticar duplo cômputo de documentos, experiências ou aspectos materiais, nos termos da Seção 3 desta MCA;
- presumir, inferir ou complementar informações não fornecidas pela licitante, ainda que a omissão pareça involuntária ou decorrer de erro formal;
- atribuir pontuações fracionárias intermediárias não previstas nas tabelas de pontuação desta MCA, salvo nos subcritérios de avaliação interpretativa cuja metodologia admita a apuração por média aritmética das notas individuais; e

- solicitar à licitante, após a abertura das Propostas Técnicas, documentos ou informações que alterem o conteúdo da proposta ou supram omissões materiais, admitida apenas a diligência para esclarecimento de dúvidas sobre documentos já apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

As diligências realizadas serão registradas nos autos, com indicação da dúvida objetiva a ser esclarecida, do documento originalmente apresentado e da resposta fornecida, vedada a inclusão posterior de elemento novo capaz de alterar a substância da Proposta Técnica.

9.4. Sequência do julgamento

O julgamento das propostas observará a seguinte sequência, em conformidade com o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a inversão de fases com habilitação posterior ao julgamento:

- Abertura e análise de conformidade formal das Propostas Técnicas: verificação do atendimento aos requisitos de forma estabelecidos no Edital, sem análise de mérito;
- Avaliação das Propostas Técnicas pela Comissão e apuração das Notas Técnicas individuais, com preenchimento obrigatório da Tabela de Vinculação Documental (Anexo);
- Verificação do atendimento à Nota Técnica mínima eliminatória de 60 pontos: desclassificação fundamentada das propostas com NT inferior ao mínimo, com notificação às licitantes e abertura de prazo para recurso;
- Divulgação das Notas Técnicas provisórias e abertura de prazo recursal, nos termos do Edital;
- Abertura das Propostas Comerciais, exclusivamente após o julgamento definitivo das Propostas Técnicas, com trânsito em julgado administrativo ou renúncia expressa ao recurso por todas as licitantes classificadas;
- Verificação dos per capita ofertados: desclassificação das propostas com per capita inferior ao piso de inexecutabilidade de R\$ 41,69/pessoa, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras específicas de executabilidade do Edital e do Termo de Referência;
- Cálculo das Notas de Preço — $NP = (\text{Menor per capita válido} / \text{Per capita do licitante}) \times 100$;

- Cálculo das Notas Finais — $NF = (NT \times 0,60) + (NP \times 0,40)$, com classificação final por NF decrescente;
- Habilitação documental do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com verificação das exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos do Edital;
- Declaração do vencedor e abertura de prazo para recursos finais, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

A sequência será registrada em ata, com indicação dos atos praticados, das decisões adotadas, das notas atribuídas e dos eventuais recursos interpostos, assegurando a rastreabilidade do julgamento e a vinculação aos critérios desta MCA.

9.5. Critérios de desempate

Na hipótese de empate na Nota Final entre dois ou mais licitantes, o desempate observará, sucessivamente, os critérios legais previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, inclusive aqueles relacionados ao desempenho contratual prévio, ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho e desenvolvimento de programa de integridade, conforme o Edital. Persistindo o empate, observar-se-á:

- Maior Nota Técnica (NT);
- Maior pontuação no Critério B, em razão de sua centralidade para a segurança operacional e a gestão de riscos dos eventos;
- Maior pontuação no Critério A, em razão de sua relevância para o resultado institucional e turístico dos eventos;
- Menor per capita ofertado;
- Sorteio público, na presença dos representantes dos licitantes e com registro em ata.

ANEXO — TABELA DE VINCULAÇÃO DOCUMENTAL E CONTROLE DE DUPLO CÔMPUTO

Este Anexo integra a Matriz de Critérios de Avaliação e estabelece instrumento padronizado de registro, controle e rastreabilidade da análise documental realizada pela Comissão de Contratação durante o julgamento das Propostas Técnicas. Seu preenchimento, obrigatório e prévio à consolidação da Nota Técnica, busca prevenir o duplo cômputo, assegurar a motivação individualizada das decisões, permitir auditoria posterior do julgamento e registrar eventuais situações de sobreposição documental e a respectiva solução adotada, em alinhamento com os princípios da motivação, isonomia, julgamento objetivo, transparência e vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

1. Identificação do processo

Processo Administrativo SIPE nº	[número do processo]
Licitante avaliada	[razão social e CNPJ]
Data da sessão de avaliação	___ / ___ / ____
Membros da Comissão presentes	[nomes completos e matrículas]

2. Instruções de preenchimento

Para cada documento apresentado na Proposta Técnica, a Comissão deverá registrar, de forma individualizada: o documento analisado; o tipo de documento; o aspecto material utilizado para fins de pontuação; o subcritério invocado pela licitante; o subcritério efetivamente validado pela Comissão; a eventual ocorrência de sobreposição documental ou material; as diligências realizadas, quando cabíveis; a decisão final quanto ao aproveitamento da pontuação; e a motivação resumida da decisão adotada.

A coluna "Decisão final sobre pontuação" será preenchida com uma das seguintes indicações padronizadas:

- Pontuação integral — sem conflito: quando o documento puder ser utilizado no subcritério indicado, sem identificação de sobreposição material relevante;
- Pontuação integral — conflito resolvido, aspectos distintos confirmados: quando houver possível sobreposição, mas a Comissão concluir, de forma motivada, que os aspectos avaliados são materialmente distintos e autonomamente comprováveis;

- Pontuação parcial — conflito resolvido, subcritério [X] mantido, subcritério [Y] desconsiderado: quando houver sobreposição parcial ou integral e a pontuação for admitida apenas no subcritério de maior pertinência ou especificidade temática;
- Pontuação desconsiderada — duplo cômputo confirmado: quando restar caracterizada a tentativa de utilização do mesmo documento, experiência ou aspecto material para pontuação cumulativa indevida.

Identificada situação de possível duplo cômputo, a Comissão observará integralmente o procedimento de resolução de conflitos previsto no item I.4 antes da consolidação das notas.

3. Tabela de vinculação documental

Preencher uma linha por documento apresentado. Inserir linhas adicionais conforme necessário.

Nº	Documento apresentado	Tipo	Aspecto material	Subcrit. invocado	Subcrit. validado	Status	Diligência?	Decisão final	Motivação
01		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
02		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
03		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
04		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
05		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
06		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
07		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
08		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
09		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
10		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		
11		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		

Nº	Documento apresentado	Tipo	Aspecto material	Subcrit. invocado	Subcrit. validado	Status	Diligência?	Decisão final	Motivação
12		Atestado / CV / Decl. / Cert. / Outro				Regular / Conflito / Desc.	Sim / Não		

4. Procedimento de resolução de conflitos de duplo cômputo

Identificada situação de possível sobreposição documental, assinalada na Tabela de Vinculação Documental (Anexo) com o status "Conflito", a Comissão observará o seguinte procedimento antes da consolidação da Nota Técnica:

a. Identificação preliminar do conflito

A Comissão registrará os documentos envolvidos, os subcritérios potencialmente conflitantes e o aspecto material objeto da possível sobreposição, indicando de forma objetiva qual elemento aparenta estar sendo utilizado para fundamentar pontuação em mais de um critério ou subcritério.

b. Diligência para esclarecimento

A licitante será notificada para esclarecer a vinculação pretendida, sendo a diligência etapa obrigatória e anterior a qualquer decisão de desconsideração de pontuação por duplo cômputo. O prazo fixado pela Comissão não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas. A diligência limitar-se-á ao esclarecimento de documentos já apresentados na Proposta Técnica, sendo vedada a juntada de novos elementos destinados a alterar materialmente o conteúdo da proposta, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

c. Análise técnica da Comissão

Recebidos os esclarecimentos, a Comissão verificará se os aspectos invocados em cada subcritério são materialmente distintos, se possuem autonomia comprobatória própria e se inexistem sobreposição ou reiteração do mesmo fundamento material de pontuação, considerando a correspondência entre documento apresentado, subcritério invocado, aspecto material efetivamente comprovado e finalidade específica da pontuação pretendida.

d. Decisão fundamentada

A Comissão adotará uma das seguintes soluções:

Situação verificada				Solução aplicável			
Aspectos	materialmente	distintos	e	Admissão	de	pontuação	em ambos os

Situação verificada	Solução aplicável
autonomamente comprováveis.	subcritérios, com registro específico dos fundamentos utilizados em cada pontuação.
Sobreposição parcial ou integral confirmada.	Pontuação atribuída exclusivamente ao subcritério de maior pertinência e especificidade temática em relação ao aspecto material analisado.
Ausência de esclarecimento ou esclarecimento insuficiente.	Aplicação de interpretação restritiva, com aproveitamento da pontuação apenas no subcritério de maior especificidade, nos termos da Seção 3 desta MCA.

Todas as decisões deverão ser motivadas expressamente, registradas nesta Tabela e consignadas em ata circunstanciada da sessão de julgamento. A motivação indicará o documento analisado, os subcritérios envolvidos, o aspecto material considerado coincidente ou autônomo e a razão pela qual a pontuação foi admitida, limitada ou desconsiderada.

5. Consolidação da Nota Técnica

Antes da consolidação definitiva da Nota Técnica, a Comissão sintetizará, por critério de avaliação, os conflitos de duplo cômputo identificados, as soluções adotadas e os respectivos impactos sobre a pontuação da licitante, conforme tabela a seguir:

Critério	Subcritérios com conflito resolvido	Subcritérios com pontuação desconsiderada	Impacto na NT	Fundamentação resumida
A				
B				
C				
D				
E				

A consolidação definitiva da Nota Técnica somente ocorrerá após o preenchimento integral desta Tabela, a resolução de todos os conflitos identificados e o registro formal das respectivas motivações, refletindo de modo coerente todas as decisões adotadas no curso da

análise documental, inclusive aquelas que tenham resultado em manutenção, limitação ou desconsideração de pontuação.

6. Controle de diligências

As diligências realizadas no curso da avaliação técnica deverão ser registradas de forma individualizada, em observância ao art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas apenas para esclarecimento de documentos já apresentados, sem possibilidade de complementação material da Proposta Técnica.

Nº	Documento relacionado	Data da notificação	Prazo concedido	Data da resposta	Resultado
01					
02					
03					
04					
05					

7. Assinaturas da Comissão de Contratação

Membro da Comissão	Função	Assinatura

8. Declaração final da Comissão

A Comissão de Contratação, ao final do procedimento de avaliação técnica, declara que observou integralmente as disposições desta Matriz de Critérios de Avaliação e de seus anexos; realizou a análise dos documentos apresentados com observância aos critérios, subcritérios, pesos e regras de pontuação previamente definidos; verificou a inexistência de duplo cômputo material indevido; registrou e motivou expressamente as decisões relevantes, especialmente as relacionadas à admissão, limitação ou desconsideração de pontuação; consolidou a Nota Técnica após o preenchimento da Tabela de Vinculação Documental (Anexo) e a resolução dos conflitos identificados; e conduziu o julgamento em conformidade

com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, isonomia, julgamento objetivo, segurança jurídica e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Itajaí/SC, 09 de junho de 2026.

Assinaturas:

Diego Henrique de Jesus Oliveira
Diretor Executivo

Aprovação/Autorização da Autoridade Competente:

Aprovo o presente documento, na qualidade de autoridade competente da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR, para fins de continuidade da fase preparatória e adoção das providências subsequentes necessárias à instrução do processo licitatório. A presente aprovação não se confunde com a elaboração técnica do documento, a qual compete à equipe formalmente designada.

Gabriela Kelm
Secretária de Turismo e Eventos